

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MEC / SETEC



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE



Departamento de Seleção

CIDADE DE SAPUCAIA DO SUL

INSTRUÇÕES GERAIS

- 1 - Este caderno de prova é constituído por 40 (quarenta) questões objetivas.
- 2 - A prova terá duração máxima de 04 (quatro) horas.
- 3 - Para cada questão são apresentadas 04 (quatro) alternativas (a – b – c – d).
APENAS UMA delas constitui a resposta CORRETA.
- 4 - Após conferir os dados contidos no campo “Identificação do Candidato” no Cartão de Resposta, assine no espaço indicado.
- 5 - As alternativas assinaladas deverão ser transcritas para o Cartão de Resposta, que é o único documento válido para correção eletrônica.
- 6 - Marque o Cartão de Resposta conforme o exemplo abaixo, com caneta esferográfica azul ou preta, de ponta grossa:


- 7 - Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão de Resposta.
- 8 - Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- 9 - O preenchimento do Cartão de Resposta deverá ser feito dentro do tempo previsto para esta prova, ou seja, 04 (quatro) horas.
- 10 - Serão anuladas as questões que tiverem mais de uma alternativa marcada, emendas e/ou rasuras.
- 11 - O Candidato só poderá retirar-se da sala de prova após transcorrido 01 (uma) hora do início da mesma.

BOA PROVA!

1. Sobre o pensamento expresso por Aristóteles no Livro IV (Gama) caps. 1-2 de sua *Metafísica*, são feitas as seguintes afirmativas:
- I. A Metafísica é uma ciência que não estuda o ser e as propriedades que lhe competem sob um aspecto particular ou limitado, como o estudam as ditas ciências particulares, mas que o estuda universalmente.
 - II. A Metafísica é uma espécie de aitiologia, ou seja, uma ciência das causas e dos princípios supremos, visto que a investigação do ser, enquanto ser, dá-se a partir da investigação de suas causas e princípios supremos.
 - III. Embora o ser tenha uma multiplicidade de significados, isto é, seja polívoco, todos os múltiplos significados do ser implicam de diferentes maneiras uma referência unitária ao primeiro e fundamental significado do ser, que é o de substância (*ousia*).
 - IV. Compete à mesma ciência que estuda o ser e o um também investigar o que é contrário, o múltiplo e todas as noções conexas ao múltiplo: privação, negação, diversidade, dessemelhança, desigualdade, contrariedade e diferença.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I apenas.
 - b) II apenas.
 - c) III e IV apenas.
 - d) I, II, III e IV.
2. Com base na *Metafísica* de Aristóteles, analise as seguintes afirmativas sobre os princípios lógicos de “não-contradição” e do “terceiro excluído”.
- I. Por se tratarem de princípios primeiros para o todo o conhecimento, os princípios de “não-contradição” e do “terceiro excluído” são indemonstráveis por demonstração científica.
 - II. Embora não se demonstrem através de princípios anteriores a eles, os princípios de “não-contradição” e do “terceiro excluído” podem ser demonstrados por refutação.
 - III. A demonstração do princípio de “não-contradição” dá-se através da exigência de que quem o nega afirme algo, pois ao fazê-lo supõe a veracidade do que diz e a falsidade de quem o contradiz.
 - IV. Sem o princípio do “terceiro excluído” em relação às coisas nas quais a negação comporta imediatamente o contrário, deveria haver um intermediário, por exemplo, entre os números pares e ímpares, deveria haver um intermediário nem par nem ímpar.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I apenas.
- b) II apenas.
- c) III e IV apenas.
- d) I, II, III e IV.

3. Conforme explicam Otfried Höffe (2008), em seu comentário introdutório ao pensamento aristotélico, e o dicionarista da filosofia Nicola Abbagnano (2007), o infinito (*ápeiron*), para o Estagirita,
- pode ser concebido tanto como potência quanto como em ato.
 - só pode ser pensado, no modo da possibilidade, ou seja, em potência.
 - é sempre tomado como algo que nada tem fora de si, pois é um completo.
 - existe como substância ou propriedade, e jamais de modo accidental.
4. Conforme Marilena Chauí (2011), em sua obra *Iniciação à Filosofia*, conclui-se que Sócrates **NÃO** considera como um dos requisitos necessários para um sujeito ético o conhecimento
- da essência dos valores morais.
 - das causas e dos fins de sua ação.
 - do que os outros entendem como certo.
 - do significado de suas intenções e de suas atitudes.
5. Ao explicarem a doutrina aristotélica do justo meio ou mediedade, Aranha e Martins (2009) apresentam quatro virtudes morais aristotélicas bastante conhecidas.

Relacione cada virtude com o(s) seu(s) vício(s) correspondente(s).

Virtudes

- (1) Coragem
- (2) Temperança
- (3) Afabilidade
- (4) Generosidade

Vícios

- () Avaréza
- () Temeridade
- () Covardia
- () Subsúerviência
- () Insensibilidade
- () Grosseria

A ordem correta, de cima para baixo, é

- 4 – 1 – 1 – 3 – 2 – 3
 - 4 – 3 – 1 – 2 – 3 – 4
 - 3 – 1 – 2 – 2 – 4 – 4
 - 2 – 4 – 3 – 1 – 1 – 2
6. No volume I da obra *História da Filosofia*, de Giovanni Reale e Dario Antiseri (1990), os autores explicam que, de acordo com o pensamento de Epicuro,
- a vida pública não dispersa o homem, mas o enriquece e o torna imperturbável.
 - a amizade não pode ser um liame verdadeiro entre os indivíduos, pois não é um laço livre.
 - o verdadeiro prazer é constituído pela ausência de dor no corpo e pela imperturbabilidade da alma.
 - os prazeres da vida política não são ilusões, mas pura realidade, pois são prazeres naturais e necessários.

7. Conforme o que Marilena Chauí (2011) explica sobre o modo como os gregos pensavam a política, analise as seguintes afirmativas:
- I. Platão se preocupava com a educação e a formação do dirigente político.
 - II. Aristóteles se preocupava com a qualidade das Instituições Políticas.
 - III. Os sofistas defendiam a discussão pública de opiniões e interesses contrários e a retórica como forma de conseguir a concórdia entre os cidadãos.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I apenas.
 - b) II apenas.
 - c) II e III apenas.
 - d) I, II e III.
8. Conforme explicam Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes (2010), o mito da caverna é utilizado por Platão para justificar que o rei-filósofo é aquele que
- a) escolherá quem irá governar a cidade.
 - b) deve dirigir as pessoas que não saíram das trevas.
 - c) não conheceu a essência do bem e da justiça.
 - d) busca o conhecimento e a verdade no mundo sensível.
9. No volume I da obra *História da Filosofia*, de Giovanni Reale e Dario Antiseri (1990), os autores apresentam as diferentes constituições enumeradas por Aristóteles e explicam quais delas são retas (ou boas) e quais são corrompidas.

Qual é a alternativa que apresenta, de acordo com o pensamento aristotélico, uma forma reta de constituição política?

- a) Democracia.
- b) Oligarquia.
- c) Monarquia.
- d) Tirania.

10. Agostinho de Hipona, no tratado *O Livre-Arbitrio (De Libero Arbitrio)*, procura persuadir Evódio (seu interlocutor no diálogo) de que é possível demonstrar a existência de Deus.

Qual é a alternativa que apresenta corretamente o procedimento demonstrativo desenvolvido por Agostinho no segundo livro da referida obra?

- a) 1º: Divisão das coisas do mundo em três classes: inanimadas meramente existentes; vivas dotadas de sensação, mas privadas de inteligência; vivas e dotadas de razão.
2º: Superioridade do sentido interior sobre os sentidos exteriores e superioridade da razão sobre o sentido interior.
3º: Conscientização de que a sabedoria e os números são superiores à razão, pois o eterno é superior ao temporal; conclusão de que Deus existe como fonte das verdades que estão acima da razão.
- b) 1º: Divisão das coisas do mundo em duas classes: coisas geradas e coisas não geradas.
2º: Superioridade das coisas não geradas sobre as coisas geradas.
3º: Conclusão de que existe apenas uma coisa na classe das coisas não geradas: Deus.
- c) 1º: Divisão das coisas do mundo em duas classes: coisas necessárias e coisas contingentes.
2º: Superioridade das coisas necessárias sobre as coisas contingentes.
3º: Identidade entre a coisa necessária e Deus.
- d) 1º: Divisão das coisas do mundo em duas classes: coisas mortais e coisas imortais.
2º: Superioridade das coisas imortais em razão de sua eternidade.
3º: Conclusão de que na escala de perfeição das coisas imortais Deus está em primeiro lugar.

11. Segundo Etienne Gilson (1995), a argumentação que compõe o célebre argumento ontológico de Anselmo de Cantuária se baseia em alguns princípios.

Qual é a alternativa que apresenta corretamente os princípios sobre os quais se assenta o argumento teísta anselmiano?

- a) 1º: uma noção de Deus fornecida pela razão;
2º: existir no pensamento não é ainda existir verdadeiramente;
3º: a existência de Deus é uma conclusão derivada da noção de criação.
- b) 1º: uma noção de Deus fornecida pela fé;
2º: existir no pensamento já é existir verdadeiramente;
3º: a existência da noção de Deus no pensamento exige logicamente que se afirme sua existência na realidade.
- c) 1º: uma noção de Deus fornecida pela intuição sensível;
2º: existir no pensamento e existir na realidade são condições de possibilidade do ser perfeito;
3º: o procedimento racional que leva ao conhecimento de Deus é puramente indutivo.
- d) 1º: uma noção de Deus presente na tradição;
2º: identidade entre o que existe no pensamento e o que existe na realidade;
3º: o procedimento racional que leva ao conhecimento de Deus é puramente sintético.

12. Laurence Bonjour e Ann Baker (2010), na obra *Filosofia: textos fundamentais comentados*, apresentam os mais célebres argumentos teístas produzidos pela tradição filosófica e, dentre eles, o famoso argumento de Tomás de Aquino sobre as cinco vias.

Leia o seguinte extrato do argumento tomista

Encontramos na natureza coisas que podem ser e não ser, dado que são encontradas como sendo geradas e a serem corrompidas. Consequentemente, a elas é possível ser e não ser. Mas é impossível para essas [coisas] sempre existir, pois aquilo que pode não ser em algum momento não é. Portanto, se todas as coisas podem não ser, então em algum momento não houve nada em existência. No entanto, se isso fosse verdadeiro, mesmo agora não haveria nada em existência, porque aquilo que não existe começa a existir somente através de alguma coisa já existente. Portanto, se em algum momento nada foi em existência, teria sido impossível para qualquer coisa ter começado a existir; e assim, pois, mesmo agora nada seria em existência – o que é absurdo. Portanto, nem todos os entes são meramente possíveis, mas deve existir alguma coisa cuja existência é necessária (TOMÁS DE AQUINO *apud* BONJOUR, L; BAKER, A, 2010, p. 625-626).

Após a leitura do extrato, afirma-se que esse argumento constitui

- a) a terceira via e pode ser classificado como um argumento cosmológico, denominado por Leibniz de *contingentia mundi* e por Kant de prova cosmológica. Também pode ser considerado um argumento *a posteriori*, pois não deduz a existência de Deus de seu conceito.
- b) a primeira via e pode ser classificado como um argumento teleológico, posteriormente defendido por William Paley, visto que parte da contingência para a necessidade. Também pode ser considerado um argumento *a priori*, pois não leva em consideração nenhum fato empírico.
- c) a quinta via e pode ser classificado como um argumento ontológico, pois leva em consideração a relação entre SER contingente e SER necessário.
- d) a quarta via e pode ser classificado como um argumento deontológico, pois afirma que DEVE existir algum ser necessário, sendo que este é Deus.

13. Conforme explicam Giovanni Reale e Dario Antiseri (1990), o problema dos universais, que versava sobre a relação entre *voces* e *res*, ou seja, entre linguagem e realidade, esteve na Idade Média no centro dos estudos gramaticais e da dialética. Em vista de resolvê-lo, foram formuladas pelos autores medievais três diferentes teorias para explicar o estatuto dos chamados universais.

Relacione o nome destas teorias, constantes na primeira coluna, com suas características e seus respectivos autores, constantes na segunda coluna.

Teorias

- (1) Realismo
- (2) Nominalismo
- (3) Realismo Moderado

Autores/Características

- () Pedro Abelardo.
- () Segundo esta teoria, os termos universais são *res* ou entidades metafísicas subsistentes.
- () Roscelin de Compiègne.
- () Os universais não têm nenhum valor, nem semântico nem predicativo, não podendo se referir a nenhuma *res*.
- () Guilherme de Champeaux
- () O universal é um discurso mental que brota de um processo de abstração e gera a intelecção das coisas, às quais por convenção humana, foi vinculado, com a função de significar o estatuto comum de pluralidade de sujeitos.
- () Os universais são meros *flatus vocis*, ou seja, simples emissões de vocábulos.

A ordem correta, de cima para baixo, é

- a) 3 – 3 – 1 – 3 – 1 – 2 – 1
- b) 2 – 1 – 3 – 2 – 2 – 1 – 3
- c) 3 – 1 – 2 – 2 – 1 – 3 – 2
- d) 1 – 3 – 2 – 1 – 3 – 2 – 2

14. Conforme se pode ver na obra *A Filosofia na Idade Média*, de Etienne Gilson, diferentes posicionamentos foram assumidos pelos filósofos medievais no concernente às relações entre fé/teologia e razão/filosofia. Sobre essa temática da Filosofia Medieval, são feitas as seguintes afirmativas:

- I. Reverberando o debate característico do séc. XI, entre dialéticos e antidialéticos (ou teólogos), Anselmo de Cantuária defende que não se deve crer para compreender, mas, antes, compreender para crer.
- II. Segundo Anselmo, por um lado, não dar precedência à fé, como fazem os dialéticos, é presunção e, por outro lado, não apelar para a razão após estar firme na fé, como fazem os antidialéticos, é negligência.
- III. O pensamento tomista é fortemente marcado por uma dupla condição: por um lado, por uma clara distinção entre fé e razão e, por outro lado, pela admissão da necessidade de uma concordância entre fé e razão.
- IV. Para Tomás de Aquino, a filosofia pertence exclusivamente à razão e, logo, deve admitir apenas o que é acessível à luz natural e demonstrável por seus recursos. Já a teologia baseia-se na revelação, na autoridade de Deus.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) III apenas.
- b) II, III e IV apenas.
- c) I e II apenas.
- d) I, II, III e IV.

15. No tratado *O Livre-Arbítrio (De Libero Arbitrio)*, Agostinho de Hipona faz uma caracterização do bem do livre-arbítrio, comparativamente às virtudes, aos bens do corpo e ao bom ou mau uso que se faz desse bem. O texto a seguir, com lacunas, apresenta resumidamente essa caracterização agostiniana.

“O bem do livre-arbítrio _____, pois _____. Assim sendo, o livre-arbítrio não pode ser contado ao lado _____, porque se o fosse _____.”

A alternativa que preenche corretamente as lacunas é:

- a) é considerado um bem médio – pode ser mal usado – de bens que implicam abuso – não poderia ser bem usado
- b) não é considerado um grande bem – pode implicar mau uso – das virtudes – deveria ser sempre bem usado
- c) é considerado um grande bem – sempre implica bom uso – de bens corpóreos – deveria ser sempre bem usado
- d) é considerado um bem inferior – pode ser mal usado – de bens médios – não poderia ser mal usado

16. Sobre a obra *Meditações Metafísicas*, de René Descartes são feitas as seguintes afirmativas:

- I. Na primeira meditação, Descartes parte da constatação de que é preciso desfazer-se de todas as opiniões que acolhera anteriormente para estabelecer as bases de um conhecimento firme e seguro nas ciências.
- II. Os argumentos dos sentidos enganadores, do sonho e do gênio maligno permitem universalizar a dúvida a todos os recantos, embora não sejam suficientes para impedir a intuição da primeira certeza: penso, logo existo (*cogito, ergo sum*).
- III. A dúvida cética universalizada tem seu fim na apresentação do *cogito*, que, a partir de então, garante todas as certezas sensíveis instantaneamente.
- IV. As ideias claras e distintas não podem estender certezas, pois a faculdade cognitiva humana é sempre deformada pelos instintos, não permitindo que se chegue a nenhum tipo de conhecimento.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I e II apenas.
- b) III e IV apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I, II, III e IV.

17. Sobre a epistemologia do filósofo John Locke, são feitas as seguintes afirmativas:

- I. O filósofo J. Locke é corretamente arrolado entre os empiristas, pois ele defende a tese de que não há ideias inatas. Todo conhecimento deriva dos sentidos.
- II. No *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*, Locke promove as seguintes distinções: ideias simples e complexas; ideias de sensação e de reflexão. Há ideias simples tanto de sensação como de reflexão.
- III. A teoria do conhecimento de Locke nega que haja princípios especulativos inatos, mas afirma que há princípios práticos inatos. Tais princípios são os responsáveis pela ação moral.
- IV. As únicas ideias inatas aceitas por Locke são as ideias de Deus e dos números, sendo Deus uma ideia simples e os números ideias complexas.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I apenas.
- b) III e IV apenas.
- c) I e II apenas.
- d) I, II, III e IV.

18. Sobre o pensamento do filósofo Immanuel Kant, expresso na *Estética Transcendental* de sua *Crítica da Razão Pura*, são feitas as seguintes afirmativas:

- I. Tempo e espaço são intuições puras da sensibilidade.
- II. As sensações possuem matéria e forma. O espaço é a forma dos sentidos externos e o tempo é a forma do sentido interno.
- III. Os conceitos de espaço e tempo são colhidos pela intuição diretamente da experiência, pois são entidades reais, e não mera construção subjetiva.
- IV. Tempo e espaço são categorias puras do entendimento.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I e II apenas.
- b) III e IV apenas.
- c) II, III e IV apenas.
- d) I, II, III e IV.

19. No volume II da obra *História da Filosofia*, de Giovanni Reale e Dario Antiseri (1990), os autores explicam a teoria contratualista de Thomas Hobbes e caracterizam o pacto social que inaugura o Estado Civil. Segundo Hobbes, o pacto social é firmado

- a) pelos súditos entre si.
- b) pelos súditos com o soberano.
- c) mantendo os direitos originários dos súditos.
- d) retirando os direitos originários do soberano.

20. Com base no que Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes (2010) apontam sobre a concepção de Estado do filósofo John Locke, são feitas as seguintes afirmativas:

- I. O Estado deve regular as relações entre os indivíduos.
- II. O Estado é um meio de assegurar direitos naturais, como o direito à propriedade.
- III. O Estado resulta de uma transferência de todos os direitos dos indivíduos para o governante.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) II apenas.
- b) III apenas.
- c) I e II apenas.
- d) I, II e III.

21. No volume II da obra *História da Filosofia*, de Giovanni Reale e Dario Antiseri (1990), os autores explicam os termos do contrato social pensado pelo filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau, bem como em que consiste o conceito de vontade geral.

Com base no pensamento rousseauiano, a vontade geral é fruto

- a) de um pacto que não se dá entre iguais.
- b) de um pacto de sujeição a uma terceira pessoa.
- c) da soma das vontades de todos os componentes do contrato.
- d) da renúncia dos contratantes aos seus interesses em favor da coletividade.

22. Conforme a explicação sobre a ética kantiana de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes (2010), na obra *Fundamentos de Filosofia*, é correto afirmar que:
- as normas éticas têm a sua origem nas experiências.
 - a Ética é formal, pois postula o dever como norma universal.
 - um ato é considerado ético quando praticado de forma heterônoma.
 - a noção kantiana de dever não se confunde com a noção kantiana de liberdade.
23. Conforme a explicação de Giovanni Reale e Dario Antiseri (1990) sobre a ética de Immanuel Kant, é correto afirmar que, além de provar a existência de uma razão pura prática, a *Crítica da Razão Prática* tem também a finalidade de criticar a razão
- Teórica.
 - Pura Prática.
 - Pura Teórica.
 - Prática em Geral.
24. Qual é a alternativa que **NÃO** interpreta corretamente o pensamento jurídico de Immanuel Kant, apresentado na obra *A Metafísica dos Costumes*?
- Ao lado das ações morais, as ações jurídicas não constituem senão uma espécie das ações éticas, visto que a ética é o gênero do qual moral e direito são espécies.
 - Diferentemente das ações éticas, cujo motivo da ação não é senão o dever, o motivo das ações jurídicas é algo diverso do dever.
 - Diferentemente da legislação ética, que consiste na interioridade da legislação prática, a legislação jurídica consiste na exterioridade da legislação prática.
 - À diferença das leis da natureza, as leis jurídicas, ao lado das leis éticas, são chamadas de leis da liberdade.
25. No *Compêndio de Filosofia*, organizado por Nicholas Bunnin e E. P Tsui-James (2002), há um capítulo específico sobre epistemologia, em que A. C. Grayling caracteriza um tipo de postura epistemológica.

Leia a caracterização apresentada pelo autor

Uma classe de teorias da justificação emprega a metáfora de um edifício. A maioria de nossas crenças comuns requer apoio de outras; justificamos uma dada crença recorrendo a outra, ou outras, na qual ela se baseia. Porém, se a cadeia de crenças justificadas regredisse ao infinito, sem terminar numa crença que seja, de certo modo, segura, fornecendo assim uma fundação para as outras, aparentemente teríamos uma falta de justificação para qualquer crença da cadeia. Mostra-se necessário, por conseguinte, que haja crenças que não necessitem de justificação, ou que, de certo modo, se autojustifiquem, para poderem servir de base epistêmica (BUNIN; TSUI-JAMES, 2002, p. 42).

A alternativa que nomeia corretamente a postura epistemológica em questão é

- Fundacionalismo
- Justificacionismo coerentista
- Edificacionismo epistêmico
- Pragmatismo fundacional

26. Sobre a questão da indução são feitas as seguintes afirmativas:

- I. A indução é um procedimento que leva do particular ao universal.
- II. A indução, para Hume, não possui validade lógica. Ela é fundada no hábito, não na razão.
- III. Karl Popper ataca o problema da indução afirmando que o procedimento indutivo, embora não seja válido estritamente, pode atingir algum grau de probabilidade.
- IV. Popper nega a validade do procedimento indutivo, seja ela uma validade lógica ou probabilística.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I e II apenas.
- b) III e IV apenas.
- c) I, II e IV apenas.
- d) I, II, III e IV.

27. Segundo a teoria falsificacionista, uma hipótese científica deve ser

- a) falsificável.
- b) infalsificável.
- c) infalível.
- d) irrefutável.

28. Leia a citação abaixo.

Uma ciência madura é governada por um único paradigma. O paradigma determina os padrões para o trabalho legítimo dentro da ciência que governa. Ele coordena e dirige a atividade de 'solução de charadas' do grupo de cientistas normais que trabalham em seu interior. A existência de um paradigma capaz de sustentar uma tradição de ciência normal é a característica que distingue a ciência da não-ciência.

A qual filósofo remete a descrição de ciência apresentada na citação?

- a) Paul Feyerabend.
- b) Karl Popper.
- c) Imre Lakatos.
- d) Thomas Kuhn.

29. Segundo o autor de *Contra o Método*, a Ciência não é necessariamente superior a outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, o Marxismo ou a Astrologia. Não existe um método científico universal a que todas as formas de conhecimento devam se conformar.

O filósofo que defende essa questão é

- a) Thomas Kuhn.
- b) Karl Popper.
- c) Paul Feyerabend.
- d) Imre Lakatos.

30. A virada linguística, na filosofia contemporânea, estabeleceu novas bases para a análise filosófica sobre as teorias do significado. Uma das distinções importantes que emergiram dessas análises é a distinção entre sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*).

Leia a citação abaixo

Assumamos por ora que a sentença tem referência. Se então substituimos uma palavra da sentença por outra que possua a mesma referência, porém com sentido diferente, isso não tem influência na referência da sentença. Ainda assim, podemos perceber que em um caso desse tipo há uma mudança no pensamento, uma vez que, por exemplo, o pensamento na sentença “A estrela da manhã é um corpo iluminado pelo sol” difere daquele na sentença “A estrela da tarde é um corpo iluminado pelo sol”. Qualquer um que saiba que a estrela da tarde é a estrela da manhã pode assumir um pensamento como verdadeiro e o outro como falso. O pensamento, respectivamente, não pode ser a referência da sentença, devendo antes ser considerado seu sentido.

O filósofo da tradição analítica ao qual essa distinção remete é

- a) Ludwig Wittgenstein.
 - b) Gottlob Frege.
 - c) Bertrand Russell.
 - d) Rudolf Carnap.
31. A teoria das descrições definidas buscou resolver o problema da referência a entidades não existentes em frases como: “o atual Rei da França é calvo” ou “o quadrado circular não existe”. Analise as afirmativas abaixo sobre a teoria das descrições definidas.
- I. Esta teoria foi apresentada por Bertrand Russell no artigo *Da Denotação (On Denoting)*.
 - II. Segundo a teoria das descrições definidas a frase “o atual Rei da França é calvo” é uma frase denotativa (formalmente) que não denota nada (realmente), dado que não há nenhuma entidade que seja “o atual Rei da França”.
 - III. Esta teoria foi apresentada por Frege em sua obra *Conceitografia (Begriffsschrift)*.
 - IV. A frase “o Rei da França é calvo” é sem sentido, ou seja, não é nem verdadeira nem falsa.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I e II apenas.
- b) II e IV apenas.
- c) III, e IV apenas.
- d) I, II, III e IV.

32. Sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein, expresso em seu *Tractatus Logico-Philosophicus*, são feitas as seguintes afirmativas:

- I. Wittgenstein afirma, no início da obra, que o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas.
- II. A Linguagem não figura o mundo, pois “o dizer” está em contradição com “o mostrar”.
- III. Tudo o que pode ser dito pode ser dito claramente; e aquilo sobre o qual não se pode falar deve-se calar.
- IV. Não existe tal coisa como “a figuração do mundo”, pois as proposições atômicas não estabelecem laços com o real.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I e II apenas.
- b) III e IV apenas.
- c) I e III apenas.
- d) I, II, III e IV.

33. Com base no que apontam Giovanni Reale e Dario Antiseri (1991) sobre a filosofia de Friedrich Nietzsche, são feitas as seguintes afirmativas:

- I. O super-homem substitui os velhos deveres pela vontade própria.
- II. O homem deve criar novos valores e pô-los em prática.
- III. O niilismo é decorrente da crítica ao cristianismo, à moral e ao conceito de verdade da filosofia.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I apenas.
- b) II e III apenas.
- c) III apenas.
- d) I, II e III.

34. Com base no que apontam Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes (2010) sobre a concepção marxista de moral, são feitas as seguintes afirmativas:

- I. Os valores que fundamentam as normas morais são absolutos.
- II. A moral é uma produção social que atende a determinada demanda da sociedade.
- III. A moral é uma das formas assumidas pela ideologia dominante da sociedade.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I apenas.
- b) II e III apenas.
- c) I e III apenas.
- d) I, II e III.

35. Segundo o filósofo contemporâneo Alasdair MacIntyre, em sua obra *Depois da Virtude* (*After Virtue*), a ética contemporânea está marcada por um grande desacordo moral. Conforme o pensador, todo esse desacordo é marcado por três características básicas.

Qual é a alternativa que apresenta uma característica **NÃO** correspondente à caracterização macintyriana do cenário moral?

- a) Incomensurabilidade conceitual dos argumentos rivais.
- b) Impessoalidade das argumentações racionais.
- c) Diversidade de origens históricas das premissas das argumentações.
- d) Fundamentação da ética em uma forte substancialidade.

36. Conforme aponta Nythamar de Oliveira (2003), John Rawls concebe sua teoria da justiça como equidade em comparação com alguns modelos de filosofia moral, produzidos ao longo da História da Filosofia.

Qual é a alternativa que **NÃO** interpreta corretamente o modo como Rawls concebe sua teoria da justiça em comparação com tais modelos?

- a) A teoria rawlsiana tem uma clara oposição em relação aos modelos perfeccionistas, sejam eudemonistas ou hedonistas.
- b) A teoria rawlsiana é desenvolvida em oposição aos modelos que trabalham com o primado do justo sobre o bem.
- c) A teoria rawlsiana opõe-se aos utilitarismos, que concebem o bem enquanto princípio de utilidade, sobretudo em suas formas clássicas.
- d) A teoria rawlsiana, de forma genérica, desenvolve-se em oposição aos modelos que concebem o bem independentemente do justo.

37. Conforme explica Nythamar de Oliveira (2003), na Sociedade dos Povos, pensada pelo filósofo contemporâneo John Rawls, há cinco tipos diferentes de sociedades nacionais.

Relacione o nome que Rawls dá a cada uma dessas sociedades, com sua respectiva característica.

- | | |
|--|--|
| (1) Povos liberais razoáveis | () Sociedades ou povos que aderem ao modelo descrito pela justiça como equidade: democracias constitucionais ocidentais e sociedades que subscrevem aos princípios do Estado democrático de direito. |
| (2) Povos decentes | () Sociedades ou povos que honram os direitos humanos, mas negam aos seus membros um papel significativo nas decisões políticas. |
| (3) Estados fora da lei | () Sociedades ou povos cujas circunstâncias históricas, sociais e econômicas tornam difícil, se não impossível, alcançar um regime bem ordenado. |
| (4) Sociedades sob o ônus de condições desfavoráveis | () Sociedades ou povos não-liberais que não negam os direitos humanos, mas, antes, os reconhecem e os protegem, inclusive permitindo aos cidadãos o direito de serem consultados ou de terem um papel substancial nas decisões. |
| (5) Absolutismos benevolentes | () Sociedades ou povos cujos regimes se recusam a aquiescer a um Direito dos Povos razoável, recorrendo à guerra e ao terrorismo para promover seus interesses não-razoáveis. |

A ordem correta, de cima para baixo, é

- a) 2 – 1 – 3 – 5 – 4.
- b) 5 – 1 – 4 – 3 – 2.
- c) 1 – 4 – 3 – 2 – 5.
- d) 1 – 5 – 4 – 2 – 3.

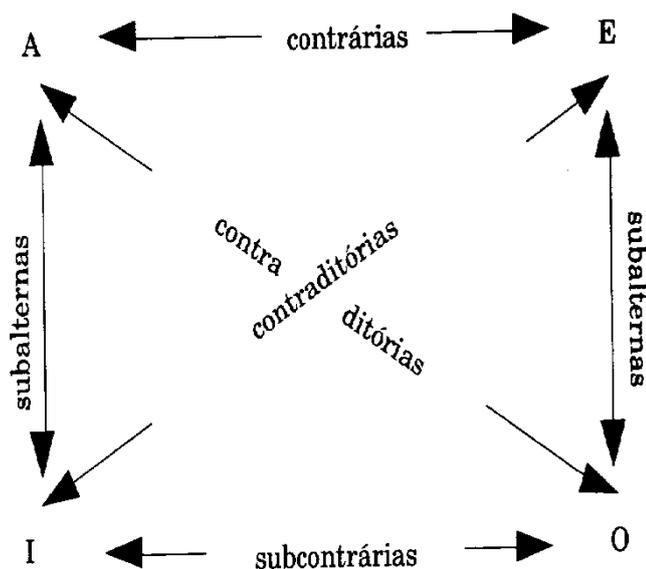
38. Leia a citação de Ronald Dworkin, retirada de sua obra *Levando os direitos a sério* (*Taking rights seriously*).

[...] mesmo quando nenhuma regra regula o caso, uma das partes pode, ainda assim, ter o direito de ganhar a causa. O juiz continua tendo o dever, mesmo nos casos difíceis, de descobrir quais são os direitos das partes, e não de inventar novos direitos retroativamente (DWORKIN, 2002, p. 127).

De acordo com a filosofia jurídica de Ronald Dworkin, de que modo um juiz deve tomar uma decisão quando tem diante de si um caso difícil (*hard case*)?

- O juiz deve sempre lançar mão de seu poder discricionário e, portanto, legislar.
- O juiz deve sempre subsumir o caso a uma regra, inclusive nos casos difíceis.
- O juiz deve lançar mão de padrões de correção que não são regras, mas normas.
- O juiz deve buscar ser equânime, dando ganho a ambos os litigantes jurídicos.

39. Observe o Quadro de Oposição, extraído do volume I da *História da Filosofia* de Giovanni Reale e Dario Antiseri (1990, p. 467). Sobre as proposições que o compõem (A, E, I e O), são feitas as seguintes afirmativas.



- Proposições contrárias diferem em quantidade e qualidade e nunca podem ser ambas verdadeiras nem ambas falsas.
- Proposições contraditórias diferem apenas em qualidade e nunca podem ser ambas verdadeiras, embora possam ser ambas falsas.
- Proposições subcontrárias diferem apenas em quantidade e nunca podem ser ambas falsas, embora possam ser ambas verdadeiras.
- A verdade de uma das proposições contraditórias sempre implica na falsidade da outra, e vice-versa.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- I apenas.
- IV apenas.
- I e II apenas.
- I, II, III e IV.

40. Sobre a teoria dos silogismos são feitas as seguintes afirmativas:

- I. Em um silogismo categórico válido de forma típica o termo médio deve estar distribuído em pelo menos uma das premissas.
- II. Em um silogismo categórico válido de forma típica não pode haver na conclusão qualquer termo distribuído que não esteja também distribuído nas premissas.
- III. Se uma das premissas de um silogismo categórico válido de forma típica é negativa, a conclusão deve ser negativa.
- IV. Nenhum silogismo categórico válido de forma típica com uma conclusão particular pode ter duas premissas universais.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) IV apenas.
- b) II e III apenas.
- c) III e IV apenas.
- d) I, II, III e IV.